

Alerta Legislação nº 37, de 12 a 17 set. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 61.810, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

16/09/2022

DECRETO Nº 11.200, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

DECRETO Nº 11.197, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o [Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018](#)(1), que regulamenta o [Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967](#)(2), a [Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978](#)(3), a [Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989](#)(4), e a [Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017](#)(5), e o [Decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022](#)(6).

(1) Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

(2) Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)

(3) Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.

(4) Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

(5) Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

(6) Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

<p style="text-align: center;">Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 68, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.129, de 7 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, para ampliar o período de vigência do Plano Nacional de Cultura", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 15 de setembro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.128, de 5 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 6, do mesmo mês e ano, e retificada no dia 7 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 15 de setembro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p style="text-align: center;">MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p style="text-align: center;">MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p style="text-align: center;">Presidência da República (PR)</p>	<p>CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 678, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. → Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)</p>
<p style="text-align: center;">Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 4.812, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022</u> Aprova a Diretriz Ministerial para orientar o emprego das Forças Armadas na garantia da votação e apuração do pleito eleitoral de 2022, nas localidades e municípios que forem solicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.</p>
<p style="text-align: center;">Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) → Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 246, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022</u> Aprova, em caráter ad referendum, a modelagem e condições de</p>

	<p>desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. - SPA e do Porto Organizado de Santos.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.343, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 104.204.475,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 667, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022</u> Divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2022.</p>
Ministério do Meio Ambiente	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 232, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022</u> Define critérios que incentivam o financiamento de programas e os projetos para Escolas +Verdes.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 92, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022</u> Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama</p>
Ministério da Saúde	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 721, DE 1º DE JULHO DE 2022</u> (*) Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados. (*) <i>Republicada por ter saído no DOU nº 126, de 6-7-2022, Seção 1, pág. 195, com incorreção no original.</i></p>
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 734, DE 26 DE AGOSTO DE 2022</u> Regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/09/2022	<p><u>DECRETO Nº 67.109, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, que organiza a Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro de 2021</p>

	<p><u>DECRETO Nº 67.108, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022</u> Altera o <u>Decreto nº 66.470, de 1º de fevereiro de 2022</u>, que disciplina as condições para a concessão do direito à isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA à pessoa portadora de transtorno do espectro do autismo ou com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, enquanto não estiver regulamentada a avaliação biopsicossocial</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico (SDE)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE Nº 30, DE 29 DE AGOSTO DE 2022</u> Altera a Resolução SDE nº 32, de 02 de setembro de 2021, que dispõe sobre o pagamento de bolsa-auxílio no âmbito do Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda "Via Rápida", na modalidade "Via Rápida 18", e dá providências correlatas</p> <p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP) <u>PORTARIA UNIVESP-PR Nº 055, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022</u> Institui a Política Geral de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP e outras providências relacionadas.</p>
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS N.º 57, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre os parâmetros para pagamento por processo e resultados da rede do Programa Recomeço constituída através do Termo de Colaboração com Atuação em Rede <i>(REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES)</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDS – Nº 56, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre os serviços de atendimento e intervenção, específicos da Política sobre Drogas, no âmbito do Programa Estadual de Políticas sobre Drogas – “Programa Recomeço: uma vida sem drogas”.</p>
Educação (SEDUC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 74, DE 15-09-2022</u> Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.</p>
Justiça e Cidadania (SJC)	<p>FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 00185/2022, DE 16 DE SETEMBRO</u></p>

	<p><u>DE 2022</u> Dispõe sobre a aplicação, pelo PROCON-SP, do critério de dupla visita para lavratura de auto de infração decorrente do exercício de atividades econômicas classificadas de baixo risco, nos termos do inciso III do art. 4º-A da Lei federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019</p>
<p>Orçamento e Gestão (SOG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CONJUNTA SOG/SG/SFP-13, DE 14-9-2022</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV e dá outras providências, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2021</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONJUNTA SOG/SG/SFP-12, DE 14-9-2022</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere LC 1.079-2008, no exercício de 2021</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV Nº 277, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 para o exercício de 2021.</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 88/2022</u> A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP em sua 325ª reunião ordinária realizada em 18/08/2022 aprova a distribuição de doses de vacina contra a COVID-19 aos municípios do Estado de São Paulo. (...)</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR Nº. 36/2022, DE 16/09/2022</u> Dispõe sobre o uso facultativo de máscara na Universidade a partir de 20 de setembro de 2022.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>17/09/2022</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 56/2022</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos municípios, com estabelecimento penal instalado em sua área geográfica, a possibilidade de constituição de fundo específico para recebimento e utilização de recursos direcionados à</p>

	<p>execução de programas voltados à reinserção social de presos, internados e egressos ou a programas de alternativas penais, nos termos disciplinados pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, notadamente seu art. 3º-A. São Paulo, 16 de setembro de 2022 DIMAS RAMALHO PRESIDENTE DOE, Legislativo, 17/09/2022, p. 5</p> <p><u>COMUNICADO GP Nº 55/2022</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que, em virtude da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário 1.293.453/RS, ao apreciar o Tema 1130, com repercussão geral, é receita própria do Estado, dos Municípios, bem como de suas respectivas autarquias e fundações, a totalidade do produto do Imposto sobre a Renda (IR) retido, não importando a origem (IR sobre rendimentos pagos aos seus servidores e empregados ou sobre pagamentos efetivados a fornecedores de bens ou serviços, pessoas físicas ou jurídicas) (...) DOE, Legislativo, 17/09/2022, p. 5</p> <p><u>COMUNICADO GP Nº 54/2022</u> PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (...) DOE, Legislativo, 17/09/2022, p. 5</p>
<p>16/09/2022</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>RESOLUÇÃO Nº 12/2022</u> Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/09/2022, p. 7</p>
<p>15/09/2022</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 52/2022</u> O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO, COMUNICA a publicidade das relações de contas anuais e prestação de contas de repasses do Terceiro Setor julgadas irregulares com ou sem imputação de débito. Essas relações serão atualizadas mensalmente no sítio eletrônico deste Tribunal – www.tce.sp.gov.br. São Paulo, 13 de setembro de 2022. DIMAS RAMALHO PRESIDENTE</p>

<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>16/09/2022</p>	<p><u>DECRETO Nº 61.819, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 56.349, de 21 de agosto de 2015, que regulamenta a Lei nº 15.997, de 27 de maio de 2014, que estabelece a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio.</p> <p><u>DECRETO Nº 61.815, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Regulamenta a Lei nº 17.332, de 24 de março de 2020(*), que cria o Triângulo SP, e dá outras providências. <i>(*) Cria o Triângulo SP, polo singular de atratividade social, cultural e turística inserido no âmbito dos perímetros do Polo de Economia Criativa Distrito Criativo Sé/República e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz, criados, respectivamente, pelos arts. 182, § 1º, e 314, § 2º, ambos da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, com objetivo de promover a revitalização cultural, econômica e artística da área.</i></p> <p><u>DECRETO Nº 61.814, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</u> Institui o Comitê Intersecretarial #Todospelocentro e dá outras providências.</p>
<p>15/09/2022</p>	<p><u>LEI Nº 17.844, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022</u> (PROJETO DE LEI Nº 712/20, DO EXECUTIVO) Aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central – PIU-SCE, institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central – AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, define o programa de intervenções do PIU-SCE e revoga a Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997.</p> <p><u>DECRETO Nº 61.811, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre dimensionamento de unidades de Habitação de Interesse Social – HIS implementadas no âmbito de atendimentos emergenciais.</p> <p><u>DECRETO Nº 61.810, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022</u> Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>